

Edital Republicado

A Prefeitura Municipal de Tupaciguara, órgão central do Poder Executivo Municipal, através do Departamento de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará o **Procedimento licitatório nº. 110/2022 Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº. 059/2022**, do tipo "**Menor Preço por item**", que se regerá pelas disposições da Lei nº. 10.520/02, pelo Decreto 10.024/19, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, conforme ainda pelo estabelecido no presente edital e seus anexos.

Data de sessão de credenciamento e julgamento das propostas:

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia 13/10/2022 às 08:29

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Dia 13/10/2022 às 08:30

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: WWW.LICITANET.COM.BR

1 - Do Objeto

1.1 - A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços para aquisição de material de gráfica para atender as necessidades de diversas secretarias e fundos do Município de Tupaciguara, nas quantidades e especificações contidas no Termo de Referência.**

1.2 - O valor estimado e os descritivos dos itens encontram-se no Termo de Referência.

2 - Das Condições de Participação

2.1 - Poderão participar da presente licitação qualquer empresa do ramo objeto deste certame, desde que satisfaça as exigências constantes deste Edital e seus anexos; **EXCLUSIVAMENTE** as empresas definidas como **Microempresas (ME)**, **Empresas de Pequeno Porte (EPP)** e equiparadas, de acordo com a **Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006** alterada pela **Lei Complementar nº. 147 de 07 de agosto de 2014**, com prioridade de contratação para as **Microempresas (ME)** e **EPP**, sediadas regionalmente no raio máximo de **150 KM** do Município de Tupaciguara, até o limite de **10%** do melhor preço válido,

conforme § 3º do art. 1º do Decreto 56, de 07 de abril de 2022.

2.2 - Não poderão participar da licitação as empresas que:

- a) Encontram-se sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão ou incorporação.
- b) Estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município.
- c) Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- d) Se apresentem constituídos na forma de empresas em consórcio¹.
- e) Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e responsáveis técnicos sejam servidores ou dirigentes da Prefeitura, membro efetivo ou substituto da Comissão Permanente de Licitação, bem como do Pregoeiro ou Membro da Equipe de Apoio.
- f) Que possuam em seu quadro societário, parentes em linha reta ou colateral até 3º grau, dos membros ou presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda do Pregoeiro e membros da equipe de apoio.
- g) Constem no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF como impedidas ou suspensas.
- h) Empresas cujo constem no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.
- i) Constem no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.

2.3 - A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante, que pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

2.4 - Como requisito para participação no **PREGÃO ELETRÔNICO** o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO (TERMO DE REFERÊNCIA);

2.5 - Somente poderão participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO**, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

2.6 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

2.7 - O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de

¹ Conforme precedentes do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, tal vedação é ato discricionário da Administração, devendo ser devidamente justificado nos autos, sendo que tal vedação se deve ao fato de que conforme pesquisa de mercado há um universo de fornecedores que possam atender o objeto do certame de forma individual, sem a necessidade de consorciamento; cabe ainda salientar que o consorciamento pode ser considerado antieconômico para a contratação, pois a união de empresas para fornecimento do objeto retiraria a possibilidade de competição entre os mesmos, elevando os preços para a aquisição.

remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

a. – Para todas as empresas:

30 dias	90 dias	180 dias	365 dias
R\$ 134,00	R\$ 224,00	R\$ 306,80	R\$ 444,50

b) O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no inciso III do art. 5º da Lei nº 10.520/02.

2.8 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

2.9 - Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o Município de Tupaciguara, em nenhuma hipótese, responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

2.10 - As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

2.11 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>;

2.12 – A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdo deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor e a **responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.**

3 - Da Impugnação do Ato Convocatório

3.1 - Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no endereço discriminado no preâmbulo deste Edital, cabendo o Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 2 (dois) dias.

3.1.1 - Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

3.2 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, o licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o segundo dia útil que anteceder à data de realização do Pregão. Sendo intempestiva a comunicação do suposto vício, não suspenderá o curso do certame.

3.3 - A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica através do site www.licitanet.com.br/;

4 - Do Adiamento

4.1 - Todos e quaisquer adiamentos ou suspensões ocorridos durante o procedimento serão

consignados em ata, designando-se nova data e horário para continuidade da sessão, os quais serão comunicados através do CHAT do sistema.

4.2 – Caso o adiamento ocorra antes da abertura inicial da sessão, será designado nova data, comunicando todos os interessados através do Diário Oficial dos Municípios Mineiros – AMM.

5 - Da Representação e do Credenciamento

5.1 - Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>;

5.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

5.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

5.4 – O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

5.4 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6 - Da Apresentação da Proposta E Dos Documentos de Habilitação

6.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a “**DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO**”, incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação;

6.2 - As propostas cadastradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

6.3 - Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo pregoeiro;

6.4 - A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

6.5 - O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão às últimas;

6.6 - Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

6.7 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

6.8 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;

6.9 - Uma vez iniciada a sessão pública, não é possível o licitante retirar ou substituir a proposta, conforme artigo 26, §6º do Decreto 10.024/2019;

6.10 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

6.11 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;

6.12 - O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7 - Da Proposta Comercial

7.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário e total do item;

b) Marca;

c) Quantidade;

d) **Descrição detalhada do objeto**, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

7.2. – Quanto às propostas iniciais e realinhadas anexadas no sistema, obedecerão ao seguinte:

a) Apresentada em língua portuguesa, sem entrelinha ou rasura, datada, em números arábicos, contendo o número e a modalidade da licitação deste edital, devendo conter razão social, CNPJ, endereço, número de telefone, e-mail da empresa licitante e dados bancários.

b) Conter a descrição completa dos itens, conforme especificações deste instrumento convocatório.

c) Conter a assinatura do responsável legal da empresa ou representante devidamente qualificado.

- e) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente, com duas casas decimais após a vírgula.
- f) Conter o prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data-limite prevista para entrega das propostas, conforme artigo 48, § 3º do Decreto 10.021/2019.
- g) A proposta que omitir o prazo de validade será considerado que foi ofertado o prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da sua apresentação.
- h) Conter prazo para a entrega, que não pode ultrapassar o estipulado.
- i) A apresentação de proposta ao referido processo implica na concordância com as normas estabelecidas ao mesmo.
- j) Serão corrigidos automaticamente pelo pregoeiro quaisquer erros de soma e (ou) multiplicação.
- k) O pregoeiro reserva-se o direito de verificar, sempre que julgar necessário, se os preços praticados pela licitante estão compatíveis com os de mercado.

7.3 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

7.4 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, impostos, taxas, seguros, transportes e demais despesas inerentes ao fornecimento do objeto; encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

7.5 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

7.6 - O pregoeiro reserva-se o direito de verificar, sempre que julgar necessário, se os preços praticados pela licitante vencedora estão compatíveis com os de mercado.

7.7 – Uma vez iniciada a sessão pública, não é possível o licitante retirar ou substituir a proposta, conforme artigo 26, §6º do Decreto 10.024/2019.

8 - Da Abertura Da Sessão, Classificação Das Propostas e Formulação De Lances

8.1 - No horário estabelecido neste Edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 7.1 do edital;

8.2 - O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;

8.3 - Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, o pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ;

8.4 - O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na

fase de aceitabilidade;

8.5 - As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo pregoeiro;

8.6 - Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br/>, conforme Edital;

8.7 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

8.8 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

8.9 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de **0,10 centavos**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta está definido no Termo de Referência;

8.10 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;

8.11 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;

8.12 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

8.13 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;

8.14 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;

8.15 - Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com **VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais**, considerando as quantidades constantes no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte;

8.16 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

8.17 - Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

8.18 - Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

8.19 - A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

- 8.20 - No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;
- 8.21 - O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;
- 8.22 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas (24) vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>;
- 8.23 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;
- 8.24 - A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;
- 8.25 - Nos casos específicos, em relação a itens NÃO exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, onde:
- 8.25.1 - O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006 e suas alterações;
- 8.25.2 - Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;
- 8.25.3 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;
- 8.25.4 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;
- 8.25.5 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- 8.25.6 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

8.26 - O disposto no item 8.25 somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.27 - Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

a) Produzidos no País;

b) Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

c) Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País (art. 3º, § 2º, incisos II, III e IV da Lei nº 8666/93);

d) Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

8.28 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.29 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9 - Da Aceitabilidade Da Proposta Vencedora

9.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26, do Decreto 10.024/2019, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X do Decreto 10.024/2019;

9.2 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

9.3 - Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.4 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.5 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser

reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.6 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.7 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

9.8 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

9.9 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

9.10 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;

9.11 - O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

9.12 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

9.13 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

9.14 - Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso;

9.15 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10 - Dos Documentos de Habilitação

10.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;
- b) No Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF como impedidas ou

suspensas.

c) No Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

d) No cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da união.

e) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.2 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

10.3 - A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

10.4 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

10.5 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

10.6 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação;

10.7 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

10.8 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

10.9 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

10.10 - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

10.11 – A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade

e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

10.12 – Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente edital:

10.13 - A documentação relativa à habilitação consiste em:

10.13.1 - Habilitação jurídica:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual.
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações se houver ou a última consolidada, devidamente registrada, em se tratando de sociedades empresárias ou por ações, acompanhadas da documentação de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando as atividades assim o exigir.
- e) Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- f) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
- g) O objeto social descrito no ato constitutivo deverá possuir ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

10.13.2 - Regularidade Fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação.
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo à sede ou domicílio do licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, conjunta, com prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), conforme MF nº. 358 de 05/09/2014.
- d) Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade.
- e) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, referente ao domicílio da empresa.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa nos termos da Lei nº. 12.440/2011.
- g) A certidão que se refere a alínea anterior poderá ser obtida de forma eletrônica e gratuita, e encontra-se disponível em todos os portais da Justiça do Trabalho na rede mundial de computadores (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e

Tribunais Regionais do Trabalho).

10.13.3 - Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão Negativa de falência e concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

10.13.4 - Outras Comprovações

a) Declaração de cumprimento ao inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme documento anexo.

b) Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, de acordo com art. 4º, VII da Lei nº 10.520/2002, conforme documento anexo.

c) Declaração de enquadramento como ME ou EPP, caso se aplique.

d) Todas as declarações deverão ser assinadas pelo representante legal da empresa, ou procurador devidamente constituído, **e conter assinatura idêntica à do documento de identificação**, caso não seja digitalmente autenticada.

10.14 - Havendo restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista no caso de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Equiparadas, fica concedido um prazo de 05 (Cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro e equipe de apoio, nos termos da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014;

10.15 - A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização;

10.16 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma;

10.17 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

10.18 - O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis;

10.19 - Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o (s) item (ns) de menor (es) valor (es) cuja retirada (s) seja (m) suficiente (s)

para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.20 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor;

10.21- As Certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão;

10.22 – Caso seja apresentada algum documento com data de validade expirada, e esse documento possa ser obtido via internet, durante a realização da sessão, fica facultado ao pregoeiro obter nova certidão vigente, com fim de dar maior celeridade ao procedimento e sempre buscar a melhor proposta para a administração;

10.23 - Conforme acórdão 1.211/2021 do TCU, caso alguma empresa tenha algum documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou proposta, por equívoco ou falha, a empresa poderá solicitar a inclusão que será avaliado pelo pregoeiro.

11 - Do Julgamento das Propostas

11.1 - A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação;

11.2 - A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

11.3 - Serão desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste edital.

11.4 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com os valores consignados em planilha de custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

11.5 - Será desclassificada a proposta:

- a) Que não atender totalmente qualquer um dos quesitos constantes neste Edital.
- b) Que atender, parcialmente ou com restrições, as exigências previstas neste Edital.
- c) Apresentadas fora do prazo ou em local diverso do fixado no presente Edital.
- d) Que após as fases de lances e negociação, estejam com o valor acima do orçado pela Administração.
- e) Que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no § 3º do artigo 44 e inciso II do artigo 48, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- f) Apresente preço baseado em outras propostas, inclusive com o oferecimento de redução sobre a de menor valor.
- g) Contenham em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, irregularidades ou defeitos de linguagem ou outros que impossibilitem o julgamento.

11.6 - No julgamento das propostas, ocorrendo divergências ou inversão de numeração dos itens, o Pregoeiro poderá fazer as devidas correções que julgar necessário para

aproveitamento da proposta, bem como poderá relevar erros ou omissões formais que não afetem a compreensão dos termos da proposta.

11.7 - Havendo divergência entre valores unitários e valores globais, considerar-se-ão como válidos os valores unitários, caso haja discrepância entre os valores em algarismo e por extenso prevalecerão os últimos.

11.8 - Até a assinatura do contrato, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se a Prefeitura Municipal de Tupaciguara tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

11.9 – Caso a proposta, inicial ou final, não esteja conforme os parâmetros do item 7.2 deste instrumento convocatório, a licitante será convocada a adequar a proposta no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável.²

12 - Dos Recursos Administrativos

12.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema;

12.2 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

12.3 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito;

12.4 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

12.5 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12.7 - Constará, na ata da sessão, a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficam intimadas para manifestar-se sobre as razões do recurso

12.8 - A manifestação na sessão pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

² Conforme entendimento consolidado do TCU, deve ser adotado nas licitações o princípio do formalismo moderado, além de ser obrigação do pregoeiro sanar propostas válidas que contenham apenas erros formais. No mesmo sentido, art. 47 do Decreto 10.024/2019.

12.9 - O início da contagem dos prazos, bem como seu término, dar-se-á sempre em dias úteis.

12.10 - A falta de apresentação de motivação, mencionadas no item 12.1, importará a decadência do direito de recurso, culminando com a adjudicação do objeto do certame à licitante vencedora.

12.11 - A decisão proferida em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento, mediante publicação na página do Diário Oficial dos Municípios Mineiros - AMM que pode ser acessado pela página <http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg>.

12.12 - Não serão conhecidas as contrarrazões a recursos intempestivamente apresentadas.

13 - Da Reabertura Da Sessão Pública

13.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

13.2 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

13.3 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

13.4 - Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

13.5 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

13.6 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") e também será publicada na página do Diário Oficial dos Municípios Mineiros – AMM que pode ser acessado pela página <http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg>.

14 - Da Homologação

14.1 - A ausência de manifestação de recorrer durante a sessão, ou a decadência do prazo para a interposição do recurso, ou julgados os que caso tenham sido postulados, e constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

14.2 - Adjudicado o objeto, a licitação será homologada pela autoridade competente e o vencedor será convocado para a assinatura do contrato.

14.3 - Até a assinatura do contrato, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se a Prefeitura Municipal tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

14.4 - Ocorrendo a desclassificação da proposta da licitante vencedora por fatos referidos no item anterior, a Prefeitura Municipal poderá convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação de acordo com o Decreto Federal nº. 10.024/2019.

15 – Das Condições Da Ata de Registro De Preços

15.1 - As obrigações decorrentes desta licitação, a serem firmadas entre a Administração

Municipal e a licitante vencedora, serão formalizadas através de Ata de Registro de Preços, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos, na legislação vigente e na proposta do licitante vencedor.

15.2 – A administração Municipal convocará formalmente a licitante vencedora para assinar a Ata de Registro de Preços, **que deverá comparecer dentro do prazo de 03 (três) dias consecutivos, contados a partir da convocação.**

15.3 – O prazo estipulado no subitem 15.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração Municipal.

15.4 – O pregoeiro poderá, quando a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas neste Edital, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes na ordem de classificação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma licitante que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

15.4.1 – O fornecedor que não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estipulado nos 15.2 e 15.3, ou se recusar em assinar a presente Ata será submetido às penalidades descritas no Artigo 7º da Lei nº 10.520/02.

15.5 – Caso a empresa não mantenha o compromisso assumido será aplicada a penalidade correspondente à inexecução total – 30% (trinta por cento) sobre o valor constante da nota de empenho.

15.6 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, no todo ou em parte, nas situações previstas abaixo:

I) Por iniciativa da Administração:

a) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa da nota de empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

b) se os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado.

II) Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços;

b) quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro – Ocorrendo cancelamento dos preços registrados, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo segundo - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, considerando-se cancelado o desconto registrado.

Parágrafo terceiro - A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração Municipal, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.

Parágrafo quarto - Havendo o cancelamento dos preços registrados, cessarão todas as

atividades do fornecedor relativas ao respectivo registro.

Parágrafo quinto - Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

16 - Da Contratação

16.1 - A licitante vencedora será convocada pela Administração Municipal para assinatura do contrato, conforme minuta em anexo, no prazo de 05 (cinco) dias após o recebimento da data da notificação.

16.2 – É assegurada a prorrogação do prazo de que trata o item anterior, por igual período, desde que solicitado pela parte durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal.

16.3 – O prazo de vigência do contrato terá início na data de sua assinatura até 31 de dezembro de ano de sua contratação, podendo ser prorrogado consoante dispõe os artigos 57, inciso II, e demais dispositivos permissivos da Lei Federal nº. 8.666/1993.

16.4 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o documento equivalente implicará em multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do objeto adjudicado.

16.5 - Não atendendo ao chamamento para a assinatura do contrato ou documento equivalente, a proponente perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedora da licitação, sendo adjudicado à proponente a seguir classificada, nos termos da proposta vencedora, inclusive quanto aos preços e prazos.

17 - Obrigações da Contratada

17.1 - Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratado.

17.2 - Executar o objeto desta licitação conforme regras estabelecidas.

17.3 - Assumir a responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto.

17.4 - Executar o objeto através de pessoas idôneas e devidamente capacitadas, responsabilizando-se por negligência, imprudência e imperícia por parte de seus empregados.

17.5 - Responder pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

17.6 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o contratante.

17.7 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a

manutenção do contrato.

17.8 - A contratada, além das responsabilidades atinentes, responderá pela qualidade e correção nos termos da legislação pertinente.

17.9 - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, a execução deste contrato, bem como não se associar com outrem ou realizar fusão, cisão ou incorporação.

17.10 - Reparar, corrigir, remover ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela Comissão ou servidor designado, o objeto em que se verificarem vícios ou defeitos.

17.11 - Dar ciência a Administração Municipal, imediatamente por escrito, sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto.

17.12 - Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Administração Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

17.13 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes na concepção do objeto.

17.14 - O dever previsto na cláusula anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir as suas expensas, imediatamente, o que apresentar avaria ou defeito.

17.15 - Comunicar à Administração, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento, com a devida comprovação.

17.16 - Cumprir fielmente as obrigações assumidas, de modo que o objeto seja realizado com esmero e perfeição.

17.17 - Cumprir rigorosamente as normas técnicas e regulamentos pertinentes.

17.18 - Reconhecer os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei nº. 8.666/93.

17.19 - Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de possível chamamento do Município de Tupaciguara em juízo, como litisconsorte, em ação trabalhista ou de reparação civil em decorrência da execução do objeto da licitação.

17.20 - Promover a entrega dos objetos contratados no local estipulado, responsabilizando-se pela qualidade e quantidade, incluindo a carga e descarga das mercadorias.

17.21 - Entregar os produtos em bom estado de conservação, sem amasso e qualquer outro tipo de avaria.

17.22 - Substituir, de imediato, às suas expensas, os objetos do contrato que não se adequar às especificações constantes deste contrato.

17.23 - Constar na nota fiscal os dados bancários e os dados completos da empresa.

18 - Das Obrigações da Contratante

18.1 - Notificar a contratada, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do objeto.

18.2 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada, na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades necessárias.

18.3 - Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos deste contrato.

18.4 - Fiscalizar e exigir o fiel cumprimento do contrato.

18.5 - Fornecer todas as informações necessárias relacionadas com o objeto deste Edital.

18.6 - Receber definitivamente o objeto.

19 - Do Reajuste

19.1 – Caso seja realizado contrato, a contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas quantidades do objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

19.2 - A contratante se reserva o direito de realizar apenas parte do objeto licitado, ou rejeitar todos, desde que haja conveniência para a Administração.

20 - Do Recebimento, Prazo de Entrega e Fiscalização

20.1 - O fornecimento dos serviços gráficos será feito de acordo com **as necessidades das diversas secretarias**, conforme a demanda solicitada, após o recebimento da autorização de compra e serviços.

20.2 - Os itens deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado Interno do Centro Administrativo, localizado na Praça Antônio Alves de Faria s/nº. Bairro Tiradentes, CEP 38.480/000 ou em outro local designado por cada secretaria requisitante do contratante.

20.3 – **O prazo para de início de execução dos serviços é de 10 (dez) dias contados do recebimento da solicitação dos serviços.**

20.4 - Executado o contrato, o objeto será recebido na forma prevista no artigo 73 inciso II da Lei nº. 8.666/93.

20.5 - O recebimento provisório do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ética profissional, pela sua perfeita execução e dar-se à, se satisfeitas as seguintes condições:

a) no prazo e horário de entrega prevista neste Edital.

b) de acordo com as especificações.

20.6 - O recebimento definitivo dar-se-á após a:

a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos.

b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital.

20.7 - Satisfeitas as exigências de entrega, lavrar-se-á o Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pela atestação no verso da Nota Fiscal.

20.8 - Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

20.9 - Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará à contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital.

20.10- Constatado algum vício ou defeito a contratada terá o prazo de 3 (três) para corrigir, a partir do recebimento da notificação do vício ou defeito.

20.11 - Em caso de ser impossível a correção dos vícios ou defeitos no prazo estipulado no item 20.10, a contratada deverá apresentar justificativa por escrito, elucidando as razões da

impossibilidade de se cumprir no prazo.

20.12- O Município de Tupaciguara, através de seu representante de cada secretaria requisitante do serviço, exercerá a fiscalização do contrato, e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

20.13 - As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Tupaciguara em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

21 - Do Preço e do Pagamento

21.1 - O pagamento será efetuado em conta corrente da empresa vencedora em 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da Nota Fiscal pela Comissão de Recebimento de Mercadorias e Serviços do Município.

21.2 - O número de inscrição no CNPJ, indicado nos documentos da proposta comercial e da habilitação, deverá ser o mesmo do estabelecimento da empresa que emitirá a Fatura/Nota fiscal.

21.3 - O pagamento será de acordo com os valores constantes na planilha de preços da proposta adjudicatária.

21.4 - Os pagamentos decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão por conta dos recursos da dotação orçamentária conforme discriminada neste Edital.

21.5 - Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

21.6 - O pagamento somente será realizado mediante apresentação e comprovação de regularidade junto ao INSS, FGTS e CNDT.

21.7 - O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura.

21.8 - O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

21.9 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

21.10 - No caso de eventuais erros nos documentos apresentados pela contratada, estes serão a ela devolvidos para verificação, contando-se novo prazo, para análise, aprovação e pagamento, a partir da data de sua reapresentação.

21.11 - A contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

22 - Das Penalidades

22.1 - A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer

declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

22.1.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas e, no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo da multa prevista e as demais cominações legais.

22.2 - A contratada ficará sujeita às seguintes penalidades:

I- por atraso injustificado na entrega do objeto licitado, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso, até o limite de 15%.

II- pela inexecução total ou parcial do acordado através do instrumento contratual, garantida a defesa prévia:

a) Advertência.

b) multa administrativa, graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo em seu total a 2% sobre o valor do contrato, cumulável com as demais sanções.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

22.3 - A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o instrumento contratual e retirar a ordem de serviço, caracterizará descumprimento total da obrigação, ensejando as penalidades cabíveis.

22.4 - No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

23 - Da Dotação Orçamentária

23.1 - As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

**02.13.00.27.812.0012.2.0093.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 314 -
01.0000.0000.0000
01.0084.0084.0084
01.0086.0000.0000**

**02.04.00.13.392.0013.2.0051.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 131 -
01.0000.0000.0000
01.0070.0070.0070
01.0084.0084.0084
01.0086.0000.0000**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
Praça Antônio Alves Faria s/nº
CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000

02.05.02.10.301.0003.2.0334.3.3.90.30	-	Material	de	Consumo	-	Ficha	350	-
01.0002.0002.0002								
01.0055.0055.0055								
01.0059.0059.0059								
(ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE)								
02.05.02.10.302.0003.2.0125.3.3.90.30	-	Material	de	Consumo	-	Ficha	478	-
01.0002.0002.0002								
01.0055.0055.0055								
01.0059.0059.0059								
(SERVIÇO DE FISIOTERAPIA)								
02.05.02.10.302.0003.2.0128.3.3.90.30	-	Material	de	Consumo	-	Ficha	419	-
01.0002.0002.0002								
01.0055.0055.0055								
01.0059.0059.0059								
(UNIDADE MISTA DE SAÚDE)								
02.05.02.10.302.0003.2.0130.3.3.90.30	-	Material	de	Consumo	-	Ficha	436	-
01.0002.0002.0002								
01.0055.0055.0055								
01.0059.0059.0059								
(CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS)								
02.05.02.10.302.0003.2.0335.3.3.90.30	-	Material	de	Consumo	-	Ficha	365	-
01.0002.0002.0002								
01.0055.0055.0055								
01.0059.0059.0059								
(CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS)								
02.05.02.10.302.0003.2.0336.3.3.90.30	-	Material	de	Consumo	-	Ficha	377	-
01.0002.0002.0002								
01.0055.0055.0055								
(CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL)								
02.05.02.10.302.0003.2.0337.3.3.90.30	-	Material	de	Consumo	-	Ficha	410	-
01.0002.0002.0002								
(TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO)								
02.05.02.10.302.0003.2.0338.3.3.90.30	-	Material	de	Consumo	-	Ficha	390	-
01.0002.0002.0002								

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
Praça Antônio Alves Faria s/nº
CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000

01.0055.0055.0055

01.0059.0059.0059

(UNIDADE HOSPITALAR)

02.05.02.10.303.0003.2.0122.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 394 -

01.0002.0002.0002

01.0055.0055.0055

01.0059.0059.0059

(ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA)

02.05.02.10.304.0003.2.0135.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 473 -

01.0002.0002.0002

01.0055.0055.0055

01.0059.0059.0059

(SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA)

02.05.02.10.305.0003.2.0134.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 408 -

01.0002.0002.0002

01.0055.0055.0055

01.0059.0059.0059

(SETOR DE EPIDEMIOLOGIA E ZONÓSES)

02.02.00.04.122.0002.2.0015.3.3.90.39 - Material de Consumo - Ficha 60 -

01.0000.0000.0000

01.0070.0070.0070

01.0085.0000.0000

01.0084.0084.0084

01.0086.0086.0086

02.03.02.12.365.0004.2.0031.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 614 -

01.0001.0001.0001

(PRÉ-ESCOLAR)

02.03.01.12.122.0004.2.0041.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 548 -

01.0001.0001.0001

(DIVISÃO EDUCAÇÃO)

02.03.02.12.362.0004.2.0034.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 589 -

01.0001.0001.0001

(ENSINO MÉDIO)

**02.03.02.12.361.0004.2.0032.3.3.90.30 – Material de Consumo - Ficha 629 -
01.0001.0001.0001
(ENSINO FUNDAMENTAL)**

**02.06.01.08.122.0009.2.0062.3.3.90.30 – Material de Consumo - Ficha 556 -
01.0000.0000.0000
01.0084.0084.0084
01.0086.0000.0000**

**02.14.00.18.122.0014.2.0101.3.3.90.39 – Material de Consumo - Ficha 324 -
01.0000.0000.0000
01.0070.0070.0070
01.0084.0084.0084
01.0086.0086.0086**

24 – Da Validade Do Registro De Preços

24.1 – O registro formalizado na ata a ser firmada entre o município de Tupaciguara e as empresas que apresentarem as propostas classificadas em primeiro lugar no presente certame, **terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura e publicação em qualquer meio oficial adotado por este município.**

24.2 – Durante o prazo de validade do registro de preços o município de Tupaciguara não ficará obrigado a comprar os materiais objeto deste pregão exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição quando julgar conveniente, desde que obedecida a legislação pertinente às licitações, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

24.3 – O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro quando o município de Tupaciguara optar pela aquisição por meio legalmente permitido e preço cotado neste for igual ou superior ao registro.

24.4 – O responsável pela ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços de registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor de compras e licitações.

24.5 – A revisão dos preços registrados somente será possível caso a empresa comprove mediante documentos fiscais de compra dos insumos, a necessidade do reequilíbrio.

24.6 – Caso seja constatado que o preço registrado na ata seja superior à média dos preços de mercado, o responsável pela ata solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

24.7 – Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido e o Pregoeiro da ata deverá convocar, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

24.8 – Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que trata nos subitens anteriores,

o responsável procederá a revogação da ata, promovendo a compra por outros meios licitatórios.

25 - Das Disposições Gerais

25.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

25.2 - A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

25.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluem-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Tupaciguara.

25.4 - O Prefeito Municipal poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

25.5 - É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

25.6 - Os documentos e a proposta, exigidos bem como os seus anexos, têm que estar preferencialmente de acordo com o presente Edital, sendo que cada anexo tem sua forma para ser apresentado.

25.7 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da aquisição.

25.8 - A homologação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

25.9 - No caso de alteração deste Edital, no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

25.10 - O Município de Tupaciguara poderá cancelar de pleno direito a nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação, bem como rescindir o respectivo contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial desde que motivado o ato e assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa quando esta:

- a) Venha a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeira;
- b) For envolvida em escândalo público e notório;
- c) Quebrar o sigilo profissional;
- d) Utilizar, em benefício próprio ou de terceiras informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as disposições estabelecidas pela Prefeitura Municipal de Tupaciguara;
- e) Na hipótese de ser anulada a adjudicação em função de qualquer dispositivo legal que a autorize.

25.11 - O Município de Tupaciguara poderá, por despacho fundamentado do Pregoeiro e até

a entrega da nota de empenho, excluir qualquer licitante, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, sem que a esta assista o direito de reclamar indenização ou ressarcimento, se chegar ao seu conhecimento, em qualquer fase do processo licitatório, fato ou circunstância que desabone a idoneidade da licitante.

25.12 - A nulidade do processo licitatório induz à do contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do artigo 59, da Lei Federal nº. 8.666/93.

25.13 - Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Prefeitura Municipal de Tupaciguara comunicará os fatos verificados ao Ministério Público para as providências cabíveis.

25.14 - As decisões proferidas no presente processo serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios Mineiros - AMM.

25.15 - Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.

25.16 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inveracidade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou caso tenha sido vencedora, o cancelamento da autorização de serviços, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.

25.17 - É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deva constar no ato da sessão pública.

25.18 - Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados;

25.19 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3º, do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93;

25.20 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante;

25.21 - Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, ao Pregoeiro, no Departamento de Licitação, localizado no 2º piso do Centro Administrativo, situado na Praça Antônio Alves de Faria s/nº., Bairro Tiradentes, Tupaciguara/MG, até 05 (cinco) dias anteriores à data de abertura da licitação. Demais informações poderão ser obtidas pelos telefones (034) 3281-0057 - E-mail: licitacaogestao20212024@gmail.com.

25.22 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o juízo da Comarca de Tupaciguara/MG.

25.23 - Cópias do Edital e seus anexos serão fornecidos, gratuitamente, mediante recibo, nos horários de 08h00min às 11h00min e 12h30min às 17h00min, no endereço referido no preâmbulo deste Edital, além de estar disponível pela internet, no site da prefeitura <https://www.tupaciguara.mg.gov.br/editais/> e no site <https://www.licitanet.com.br>

25.24 - Os casos omissos serão resolvidos com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e os princípios gerais de direito.

25.25 - Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I - Modelo de Proposta.

Anexo II - Termo de Referência.

Anexo III - Declaração que cumpre os Requisitos de Habilitação.

Anexo IV - Declaração que não Emprega Menor.

Anexo V - Minuta de contrato.

Anexo VI - Declaração de enquadramento de microempresa e empresa de pequeno porte.

Tupaciguara/MG, 29 setembro de 2022.

Emerson Rosa de Paiva
Pregoeiro Eletrônico

Anexo II

Termo de Referência

1) Do Objeto

A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços para aquisição de material de gráfica para atender as necessidades de diversas secretarias e fundos do Município de Tupaciguara, nas quantidades e especificações contidas no Termo de Referência.**

2) Justificativa

A presente aquisição tem o objetivo de suprir as necessidades de material gráfico, visando repor e manter o estoque de diversas secretarias municipais, tendo em vista que tal material é essencial à continuidade e manutenção dos serviços realizados a todos os setores.

3) Especificações dos Itens e Valor estimado unitário

Séq.	Un	Quantidade	Código do Item	Especificação	Valor Médio do Item
1	UN	50,00	392209	ADESIVO AUTOCOLANTE DE 1ª LINHA PARA PAREDE, APLICADO NO LOCAL, MEDINDO 3M X 1M (HOSPITAL)	R\$ 390,00
2	UN	10,00	392208	ADESIVO AUTOCOLANTE DE 1ª LINHA PARA PAREDE, APLICADO NO LOCAL, MEDINDO 5MX3M (HOSPITAL)	R\$ 1.834,16
3	UN	50,00	392159	ADESIVO COLORIDO PARA IDENTIFICAÇÃO E NUMERAÇÃO DE PRONTUÁRIOS, MEDIDAS 7CM X 25CM (CEM)	R\$ 3,11
4	UN	2.000,00	392081	ADESIVO LOGO 7X2	R\$ 1,00
5	M²	200,00	392162	ADESIVO VINIL PRETO BLACK PIANO, PARA JANELAS E DIVERSOS	R\$ 122,83
6	UN	150,00	392160	ADESIVOS COLORIDOS PARA IDENTIFICAÇÃO E NUMERAÇÃO DE PRONTUÁRIOS, MEDIDAS 6CM X 13CM (CEM)	R\$ 1,90
7	UN	200,00	392161	ADESIVOS COLORIDOS PARA IDENTIFICAÇÃO, MEDIDAS 2CM X 7CM (CEM).	R\$ 1,11
8	M²	20,00	388387	APLICAÇÃO DE ADESIVO BLACK PIANO	R\$ 122,83
9	M²	20,00	388388	APLICAÇÃO DE ADESIVO BRANCO LEITOSO	R\$ 95,00
10	M²	20,00	388386	APLICAÇÃO DE INSUFILM G5 FUNDO VERDE	R\$ 80,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA

Praça Antônio Alves Faria s/nº

CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000

TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000

11	BL	25,00	392096	ATESTAO CEO (CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS). “BRASIL SORRIDENTE - A SAÚDE BUCAL LEVADA A SÉRIO”. BLOCO COM 50 FOLHAS. 15 X 21 – PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 19,30
12	UN	15,00	392163	BANNER EM BRANCO PARA APRESENTAÇÃO DE DATA SHOW, MEDIDA: 1.20M X 1.20M	R\$ 153,33
13	UN	10,00	392071	BANNER EM LONA COM BASTÃO E CORDÃO BRANCO NAS MEDIDAS: 100 ALTURA X 0,90 LARGURA, EM 4X4 CORES (ARTE A SER ENCAMINHADA EM CADA SOLICITAÇÃO).	R\$ 99,66
14	UN	10,00	392072	BANNER EM LONA COM BASTÃO E CORDÃO BRANCO NAS MEDIDAS: 120 ALTURA X 100 LARGURA, EM 4X4 CORES (ARTE A SER ENCAMINHADA EM CADA SOLICITAÇÃO).	R\$ 132,33
15	UN	80,00	388370	BANNER LONA 350G 1,20 X 1,00 METROS COM BASTÃO MADEIRA.	R\$ 130,66
16	UN	35,00	392154	BANNER PARA AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA, MEDIDA: 60CM X 80 CM.	R\$ 82,08
17	UN	10,00	392157	BANNER PARA AÇÕES DE PROMOÇÃO EM SAÚDE DO CEM, MEDINDO 1M X 1,5M	R\$ 162,16
18	BL	10,00	392075	BLOCO REQUERIMENTO DE BENFÍCIO EVENTUAL 100 X 1. 31 X 21. PAPEL SULFITE 56G	R\$ 24,78
19	BL	300,00	392114	BLOCO DE ATESTADO MÉDICO. BLOCO COM 50 FOLHAS. 15 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 10,65
20	BL	20,00	392115	BLOCO DE ATESTADO ODONTOLÓGICO (ATENÇÃO BÁSICA). BLOCO COM 50 FOLHAS. 15 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 11,98
21	BL	250,00	392111	BLOCO DE AUTORIZAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS 50 X 2; PAPEL COPIATIVO. BLOCO COM 50 X 2. 15 X 21. PAPEL COPIATIVO.	R\$ 15,56
22	BL	10,00	392074	BLOCO AVISO VISITA DOMICILIAR 100 X 1. 15 X 12. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 24,25
23	BL	10,00	392138	BLOCO BOLETIM DE SUPERVISÃO DO SERVIÇO ANTI-AEGYPT, FRENTE E VERSO. BLOCO COM 50 FOLHAS. 31 X 21 PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 24,65
24	BL	20,00	392109	BLOCO BPA-I (BOLETIM DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL DADOS INDIVIDUAIS). BLOCO COM 50 FOLHAS. 29 X 20,5. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 20,53
25	BL	12,00	392133	BLOCO BPA-I BOLETIM DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL. BLOCO COM 50 FOLHAS. 29 X 20,5. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 19,86
26	BL	12,00	392134	BLOCO BPAC – BOLETIM DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL DADOS CONSOLIDADOS. BLOCO COM 50 FOLHAS. 29 X 20,5. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 19,86
27	BL	10,00	392080	BLOCO CADASTRO ÚNICO – FICHA ATENDIMENTO 100 X 1. 31 X 19,5. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 24,53

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA

Praça Antônio Alves Faria s/nº

CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000

TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000

28	BL	10,00	392105	BLOCO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS – DECLARAÇÃO HORÁRIO DO TRABALHADOR, BLOCO COM 50 FOLHAS. 29,5 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 23,50
29	BL	160,00	392184	BLOCO COMPROVANTE DE VACINAÇÃO ANTI-RÁBICA ANIMAL. BLOCO COM 50 FOLHAS. 15 X 12. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 15,13
30	BL	16,00	392095	BLOCO CUIDADOS APÓS CIRURGIAS ORAIS, BLOCO COM 50 FOLHAS. 15 X 12. PAPEL SULFITE 56 G.	R\$ 20,33
31	BL	10,00	392089	BLOCO DE ATESTADO EM BRANCO PARA FISIOTERAPIA, BLOCO COM 50 FOLHAS. 15 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 20,33
32	BL	10,00	392182	BLOCO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR. BLOCO COM 50 FOLHAS. 15 X 11,5. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 20,33
33	BL	10,00	392092	BLOCO DE COMPARECIMENTO FISIOTERAPIA. BLOCO COM 50 FOLHAS. 29 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 22,16
34	BL	100,00	392186	BLOCO DE CRONOGRAMA DE VACINAÇÃO CONTRA RAIVA ANIMAL. BLOCO COM 50 FOLHAS. 15 X 12. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 10,58
35	BL	10,00	392091	BLOCO FICHA DE AVALIAÇÃO FISIOTERAPIA F/V, BLOCO COM 50 FOLHAS. 29 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 23,83
36	BL	10,00	392183	BLOCO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR. BLOCO COM 50 FOLHAS. 15 X 11,5. PAPEL SULFITE 56G	R\$ 23,83
37	BL	500,00	392093	BLOCO DE MAPA DE REGISTRO DIÁRIO DAS ATIVIDADES MÉDICAS/ENFERMAGEM – ATENÇÃO ESPECIALIZADA (MAC) – ULTRASSONOGRÁFIA OBSTÉTRICA, COM 50 FOLHAS. 32 X 23. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 16,13
38	BL	20,00	392191	BLOCO DE ORDEM DE SERVIÇO COM FOLHAS NUMERADAS, CANHOTO PICOTADO, ZONOSE. BLOCO COM 50 FOLHAS. 20 X 15. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 13,05
39	BL	10,00	392090	BLOCO DE ORIENTAÇÕES EM BRANCO PARA FISIOTERAPIA, BLOCO COM 50 FOLHAS. 29 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 22,16
40	BL	2.000,00	392164	BLOCO DE PRONTUÁRIO F/V. BLOCO COM 50 FOLHAS. 31 X 21,5. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 16,46
41	BL	10,00	392076	BLOCO DE RECIBO 50 X 2 PAPEL COPIATIVO. 20 X 15.	R\$ 25,78
42	BL	1.000,00	392338	BLOCO DE / PARA 50 X 1. 15 X 11,5. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 8,61
43	BL	300,00	392112	BLOCO DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO (CONSULTA MÉDICA). BLOCO COM 50 FOLHAS. 20 X 15. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 10,35

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
Praça Antônio Alves Faria s/nº
CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000

44	BL	10,00	392113	BLOCO DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO (CONSULTA ODONTOLÓGICO). BLOCO COM 50 FOLHAS. 20 X 15. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 19,68
45	BL	12,00	392127	BLOCO ENTREVISTA INICIAL – CAPS INTEGRAR. BLOCO COM 50 FOLHAS. 29 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 22,16
46	BL	24,00	392126	BLOCO EVOLUÇÃO – CAPS INTEGRAR. BLOCO COM 50 FOLHAS. 29 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 22,16
47	BL	20,00	392204	BLOCO FICHA “RESUMO SEMANAL DE PESQUISA ENTOMOLÓGICA E TRATAMENTO”. BLOCO COM 50 FICHAS. 29 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 22,16
48	BL	70,00	392207	BLOCO FICHA ACS DE FECHAMENTO 2 F/V. BLOCO COM 50 FOLHAS. 29,5 X 21,5. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 21,06
49	BL	12,00	392128	BLOCO FICHA DE ACOLHIMENTO – CAPS INTEGRAR, BLOCO COM 50 FOLHAS. 29 X 21. PAPEL SULFITE.	R\$ 22,16
50	BL	10,00	392193	BLOCO FICHA DE ACOMPANHAMENTO EPIDEMIOLÓGICO DE RAIVA F/V. BLOCO COM 50 FOLHAS. 29 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 25,16
51	BL	12,00	392100	BLOCO FICHA DE CONTRA REFERÊNCIA F/V (CAPS). BLOCO COM 50 FOLHAS. 29 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 25,16
52	BL	25,00	392099	BLOCO FICHA DE CONTRA REFERÊNCIA F/V (ODONTOLOGIA). BLOCO COM 50 FOLHAS. 29 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 23,16
53	BL	240,00	392148	BLOCO FICHA DE EVOLUÇÃO DA ENFERMAGEM, UNIDADE MISTA DE SAÚDE. BLOCO COM 50 FOLHAS. 29 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 21,73
54	BL	20,00	392101	BLOCO FICHA DE REFERÊNCIA “ATENÇÃO EM SAÚDE BUCAL” (ODONTOLOGIA). BLOCO COM 50 FOLHAS. 29,5 X 21,5. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 22,16
55	BL	16,00	392098	BLOCO FICHA ODONTOLÓGICO FRENTE E VERSO: PRONTUÁRIO DE SAÚDE DA FAMÍLIA – SAÚDE BUCAL COM 4 CAMPOS. BLOCO COM 50 FOLHAS. 29,5 X 21,5. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 24,16
56	BL	16,00	392097	BLOCO FICHA ODONTOLÓGICA FRENTE E VERSO: PERIODONTOGRAMA – ACHADOS + ODONTOGRAMA – ACHADOS + PLANEJAMENTO + PLANEJAMENTO DO TRATAMENTO EM ATENÇÃO PRIMÁRIA + CAMPO 6 – REQUISIÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES, PARECER MÉDICO OUTROS + CAMPO 7 – DECLARAÇÃO + CAMPO 8 ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADE DE DOENÇA + CAMPO 9 – TRATAMENTO ESPECIALIZADO + CAMPO 10 NECESSIDADE DE	R\$ 29,33

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA

Praça Antônio Alves Faria s/nº

CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000

TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000

				ENCAMINHAMENTO PARA REFERÊNCIA. BLOCO COM 50 FOLHAS. 29,5 X 21,5. PAPEL SULFITE 56G.	
57	BL	8,00	392103	BLOCO FICHA ODONTOLÓGICA, PROCEDIMENTO COLETIVO – PCII. BLOCO COM 50 FOLHAS. 29 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 23,83
58	BL	100,00	392149	BLOCO FICHA PARA EXAMES DE ALTA COMPLEXIDADE, UNIDADE MISTA DE SAÚDE. BLOCO COM 50 FOLHAS. 29 X 21. PAPEL SULFITE 56 G.	R\$ 22,50
59	BL	100,00	392206	BLOCO FICHAS ACS – RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE SAÚDE E ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS DA ÁREA/EQUIPE F/V. BLOCO COM 50 FOLHAS. 29 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 22,50
60	BL	150,00	392117	BLOCO LAUDO MÉDICO PARA TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO 50X3. 29 X 21,5. PAPEL COPIATIVO.	R\$ 31,06
61	BL	10,00	392078	BLOCO DE LISTA DE PRESENÇA 100X1. 29 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 22,16
62	BL	600,00	392121	BLOCO MAPA DE REGISTRO DIÁRIO – COMPROVANTE DE ATENDIMENTO. BLOCO COM 50 FOLHAS. PAPEL SULFITE 56G. 32,5 X 19,5.	R\$ 20,40
63	BL	100,00	392120	BLOCO MAPA DE REGISTRO DIÁRIO DAS ATIVIDADES DE RADIO DIAGNÓSTICO. BLOCO COM 50 FOLHAS. 31 X 19,5. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 19,90
64	BL	1.000,00	392119	BLOCO MAPA DE REGISTRO DIÁRIO DAS ATIVIDADES MÉDICAS – ATENÇÃO BÁSICA E ESPECIALIZADA (GRANDE). BLOCO COM 50 FOLHAS. 46,0 X 21,5. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 28,38
65	BL	1.500,00	392118	BLOCO MAPA DE REGISTRO DIÁRIO DAS ATIVIDADES MÉDICAS ATENÇÃO BÁSICA E ESPECIALIZADA (PEQUENO). BLOCO COM 50 FOLHAS. 31,5 X 19,5. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 19,90
66	BL	10,00	392106	BLOCO MAPA DE REGISTRO DIÁRIO DAS ATIVIDADES ODONTOLÓGICAS BÁSICAS. BLOCO COM 50 FOLHAS. 31 X 19,5. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 25,05
67	BL	10,00	392104	BLOCO MAPA DE REGISTRO DIÁRIO DAS ATIVIDADES ODONTOLÓGICAS ESPECIALIZADAS – CEO. BLOCO COM 50 FOLHAS. 46 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 36,61
68	BL	150,00	392144	BLOCO MAPA DE REGISTRO DIÁRIO DE AÇÕES DE PROMOÇÕES E PREVENÇÃO EM SAÚDE. BLOCO COM 50 FOLHAS. 31 X 19,5. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 22,50
69	BL	300,00	392147	BLOCO PEDIDO DE EXAME UNIDADE MISTA DE SAÚDE. BLOCO COM 50 FOLHAS. 15 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 15,55
70	BL	10,00	392110	BLOCO PEQUENO PLANTÃO MÉDICO. BLOCO COM 50 FOLHAS. 15 X 12. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 17,13

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA

Praça Antônio Alves Faria s/nº

CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000

TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000

71	BL	10,00	392079	BLOCO PLANEJAMENTO E EVOLUÇÃO DO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR F/V 100X1. 29X21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 23,83
72	BL	10,00	392077	BLOCO PLANO DE ACOMPANHAMENTO FAMILIAR F/V 100X1. 29X21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 23,83
73	BL	500,00	392146	BLOCO PLANTÃO MÉDICO PARA UNIDADE MISTA DE SAÚDE. BLOCO COM 50 FOLHAS. 15X 12. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 19,83
74	BL	10,00	392137	BLOCO PROGRAMA DE CONTROLE DA FEBRE AMARELA E DENGUE – BOLETIM DIÁRIO – TRATAMENTO ANTI-VETORIAL, FRENTE VERSO. BLOCO COM 50 FOLHAS. 21 X 31. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 21,83
75	BL	10,00	392141	BLOCO PROGRAMA DE CONTROLE DA FEBRE AMARELA E DENGUE – RESUMO SEMANAL DE PESQUISA ENTOMOLÓGICA E TRATAMENTO. BLOCO COM 50 FOLHAS. 21 X 31. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 22,50
76	BL	10,00	392136	BLOCO PROGRAMA DE CONTROLE DA FEBRE AMARELA E DENGUE, ITINERÁRIO SEMANAL DE TRABALHO – AGENTE DE SAÚDE E SUPERVISOR, FRENTE E VERSO. BLOCO COM 50 FOLHAS. 22 X 31. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 22,66
77	BL	10,00	392135	BLOCO PROGRAMA DE CONTROLE DA FEBRE AMARELA E DENGUE. BLOCO COM 50 FOLHAS. 21 X 31. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 22,66
78	BL	20,00	392139	BLOCO PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA DENGUE – PNCD- RESUMO SEMANAL DO SERVIÇO ANTIVETORIAL. BLOCO COM 50 FOLHAS. 21 X 31. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 22,50
79	BL	120,00	392140	BLOCO PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA DENGUE – PNDC – REGISTRO DIÁRIO DO SERVIÇO ANTIVETORIAL, FRENTE E VERSO. BLOCO COM 50 FOLHAS. 21 X 31. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 25,43
80	BL	12,00	392124	BLOCO PROJETO TERAPEUTICO SINGULAR (CAPS INTEGRAR. BLOCO COM 50 FOLHAS. 29 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 22,66
81	BL	12,00	392125	BLOCO PROPOSTAS – PLANO TERAPEUTICO (CAPS INTEGRAR). BLOCO COM 50 FOLHAS. 29 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 22,66
82	BL	500,00	392142	BLOCO RECEITUÁRIO AZUL DE MEDICAMENTO CONTROLADO. BLOCO COM 50 FOLHAS. 17,5 X 6. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 13,81
83	BL	1.000,00	392116	BLOCO RECEITUÁRIO BRANCO. BLOCO COM 50 FOLHAS. 15 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 8,98
84	BL	500,00	392143	BLOCO RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL 50X2. BLOCO COM 50 X 2 FOLHAS. 15 X 21. PAPEL COPIATIVO.	R\$ 14,41

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
Praça Antônio Alves Faria s/nº
CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000

85	BL	24,00	392130	BLOCO REGISTRO DAS AÇÕES AMBULATORIAIS DE SAÚDE – CAPS INTEGRAR, AÇÕES REALIZADAS. BLOCO COM 50 FOLHAS. 29 X 21. PAEPL SULFITE 56G.	R\$ 20,46
86	BL	24,00	392129	BLOCO REGISTRO DAS AÇÕES AMBULATORIAIS DE SAÚDE – FORMULÁRIO DA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO CAPS. BLOCO COM 50 FOLHAS. 29 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 19,80
87	BL	16,00	392108	BLOCO REALATÓRIO DIÁRIO DE ATIVIDADES ODONTOLÓGICAS ESPECIALIZADAS – CEO. BLOCO COM 50 FOLHAS. 29 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 21,83
88	BL	6,00	392107	BLOCO RELATÓRIO DIÁRIO DE ATIVIDADES ODONTOLÓGICAS – ATENÇÃO BÁSICA. BLOCO COM 50 FOLHAS. 29 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 25,83
89	BL	12,00	392131	BLOCO RELATÓRIO INTERDISCIPLINAR – CAPS INTEGRAR. BLOCO COM 50 FOLHAS. 29 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 22,16
90	BL	16,00	392102	BLOCO REQUISIÇÃO DE EXAME ANATOMOPATOLÓGICO. BLOCO COM 50 FOLHAS. 29 X 21. PAPEL SULFITE 56G.	R\$ 22,16
91	BL	80,00	392123	BLOCO REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLÓGICO. COLO DE ÚTERO FRENTE E VERSO. BLOCO COM 50 FOLHAS. 29 X 21. PAPEL SULFITE 75G.	R\$ 21,66
92	BL	100,00	392067	BLOCO REQUISIÇÃO DE GÁS. 50 X 2. 14,5 X 11,5. PAPEL COPIATIVO.	R\$ 15,83
93	BL	40,00	392122	BLOCO REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA FRENTE E VERSO. BLOCO COM 50 FOLHAS. 29,5 X 20,5. PAPEL SULFITE 75G.	R\$ 22,50
94	UN	5.000,00	392152	CADERNETA DA SAÚDE DA CRIANÇA (MENINA) COM 50 PÁGINAS COLORIDAS. CAPA SULFITE 120G. MIOLO SULFITE 75G. 21 X 15.	R\$ 6,50
95	UN	5.000,00	392151	CADERNETA DA SAÚDE DA CRIANÇA (MENINO) COM 50 PÁGINAS COLORIDAS. CAPA SULFITE 120G. MIOLO SULFITE 75G. 21 X 15.	R\$ 6,50
96	UN	5.300,00	388373	CARTAZ 32X45 DIVERSOS PAPEL COUCHÊ 115G	R\$ 4,16
97	UN	1.000,00	388385	CARTAZ 46X64 DIVERSOS PAPEL COUCHÊ 115G	R\$ 5,40
98	UN	200,00	392155	CARTAZ DE CAMPANHA DE PREVENÇÃO CONTRA A DENGUE, EM PAPEL COUCHÊ, MEDINDO 57CMX40CM.	R\$ 5,26
99	UN	200,00	392156	CARTAZ DE CAMPANHA DE VACINAÇÃO DE CÃES E GATOS, EM PAPEL COUCHÊ, MEDINDO 57CMX40CM.	R\$ 5,26
100	UN	100,00	388392	CRACHA EM PVC COM CORDÃO E PROTETOR	R\$ 24,50
101	UN	200,00	392167	CRACHÁ EM PVC F/V COM CORDÃO E PROTETOR	R\$ 25,43
102	UN	50,00	392084	DIPLOMA DE CONCLUSÃO 3º ANO (E. MÉDIO) A4 PAPEL SULFITE 180G. F/V 1 DOBRA	R\$ 5,56

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
Praça Antônio Alves Faria s/nº
CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000

103	UN	350,00	392087	DIPLOMA DE CONCLUSÃO 5º ANO A4 PAPEL SULFITE 180G. F/V 1 DOBRA.	R\$ 5,56
104	UN	150,00	392088	DIPLOMA DE CONCLUSÃO 9º ANO A4 PAPEL SULFITE 180G. F/V 1 DOBRA.	R\$ 5,56
105	UN	350,00	392082	DIPLOMA DE CONCLUSÃO PRÉ A4 PAPEL SULFITE 180G FRENTE/VERSO 1 DOBRA	R\$ 5,56
106	UN	1.500,00	388464	ENVELOPE 24X34 PARDO TIMBRADOS	R\$ 1,65
107	UN	10.000,00	388396	ENVELOPE 18X25 BRANCO TIMBRADO	R\$ 0,95
108	UN	5.000,00	388397	ENVELOPE 24X34 BRANCO TIMBRADO	R\$ 1,44
109	UN	1.500,00	388465	ENVELOPE 37X47 PARDO TIMBRADO	R\$ 2,95
110	UN	1.500,00	392168	ENVELOPE PARA RAIOS X 24 X 34 PARDO ODONTO	R\$ 1,58
111	UN	100,00	388371	FAIXA LONA 350G 4,0 X 0,80 METROS COM BASTÃO MADEIRA	R\$ 333,33
112	UN	35,00	392153	FAIXA PARA AÇÕES DE SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA, MEDIDA: 50 CM X 150 CM EM LONA FOSCA	R\$ 90,66
113	UM	2.500,00	392085	FICHA DE BIBLIOTECA 16X22CM CARTOLINA AZUL	R\$ 0,54
114	UN	5.000,00	392195	FICHA DE VISITA RESIDENCIAL PARA ANEXAR NAS RESIDÊNCIAS PARA ACOMPANHAMENTO VETORIAL DE ZOONOSE. SULFITE 180G	R\$ 0,43
115	UN	73.000,00	392068	FLYER'S DIVERSOS 16X22 COM F/V PAPEL COUCHÊ 115G	R\$ 0,42
116	UN	5.000,00	392197	FOLDER "PREVENÇÃO CONTRA DENGUE, ZIKA VÍRUS E CHIKUNGUNYA", COLORIDO. 20,5X14,5CM.	R\$ 0,47
117	UN	1.500,00	392190	FOLDER, COLORIDO, "CONSUMIDOR "; 29X19,5CM. 150G. PAPEL COUCHÊ 240G. C/ DOBRA 4X4	R\$ 1,36
118	UN	5.000,00	392202	FOLDER, COLORIDO, MEDINDO 35X18CM "10 MINUTOS CONTRA A DENGUE". PAPEL COUCHÊ 240G. C/DOBRA 4X4	R\$ 2,90
119	UN	8.000,00	388375	FOLDER 62X29 CM. COM 2 DOBRAS 4X4 CORES F/V PAPEL COUCHÊ 240G.	R\$ 2,93
120	UN	3.000,00	392073	FOLDER NO FORMATO ABERTO 62,0 X 29,0 CM E FECHADO 21,0 X 29,0 CM, EM 4X4 CORES, PAPEL COUCHÊ LISO 150G/M2, ACABAMENTO REFILE SIMPLES E DUAS (2) DOBRAS. (PARTE A SER ENCAMINHADA EM CADA EVENTO).	R\$ 3,23
121	UN	2.500,00	392150	FOLDER PARA AÇÕES (CEM) COM DUAS DOBRAS, COLORIDO, MEDIDAS: 21,6 CM X 10,3 CM, PAPEL COUCHÊ. 150G.	R\$ 1,60
122	UN	10.000,00	392180	FOLDER PARA AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM PAPEL COUCHÊ 150 G, MEDINDO 40CMX30CM. 2 DOBRAS	R\$ 2,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
Praça Antônio Alves Faria s/nº
CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000

123	UN	10.000,00	392177	FOLDER PARA AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM PAPEL COUCHÊ 150G, MEDINDO 30CMX20CM.	R\$ 0,93
124	UN	2.500,00	392094	FOLDER SAÚDE BUCAL NA ESCOLA COM DUAS DOBRAS. COLORIDO, MEDIDAS: 21,6 CM X 10,3 CM, PAPEL COUCHÊ 150G.	R\$ 0,81
125	UN	2.000,00	392145	FOLDER SAÚDE MENTAL(CAPS) COM DUAS DOBRAS, COLORIDO, MEDIDAS: 21,6 CM X 10,3 CM, PAPEL COUCHÊ 150G.	R\$ 0,93
126	UN	1.000,00	392188	FOLDER, COLORIDO, "PRODUÇÃO DE ALIMENTOS", 29X20,3CM. PAPEL COCHÊ 240G. C/DOBRA 4X4	R\$ 1,10
127	CO	6.100,00	388459	IMPRESSÃO LASER 10X15 DIVERSOS F/V PAPEL COUCHÊ 300G	R\$ 3,13
128	CO	6.000,00	388460	IMPRESSÃO LASER 15X21 DIVERSOS F/V PAPEL COUCHÊ 300G	R\$ 3,83
129	CO	6.000,00	388461	IMPRESSÃO LASER A4 DIVERSOS F/V PAPEL COUCHÊ 115G	R\$ 8,00
130	CO	5.000,00	388463	IMPRESSÃO LASER A4 DIVERSOS F/V PAPEL COUCHÊ 250G	R\$ 7,40
131	UN	1.000,00	392070	IMPRESSÃO LASER A4 DIVERSOS F/V PAPEL COUCHÊ 200G	R\$ 7,10
132	M²	20,00	388390	LONA VINIL 350G COM FECHAMENTO DE BASTÃO DE MADEIRA	R\$ 106,66
133	M²	10,00	388391	LONA VINIL 350G COM FECHAMENTO EM ILHÓS	R\$ 140,00
134	BL	250,00	392083	PAPEL CARTA COM TIMBRE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 4X0, COR 100X1. PAPEL SULFITE 75G	R\$ 16,86
135	M²	360,00	392166	PAPEL DE PAREDE ADESIVO, COM PAISAGENS PARA HUMANIZAÇÃO NO ATENDIMENTO AO USUÁRIO. A SER APLICADO NO LOCAL.	R\$ 181,00
136	UN	3.000,00	392086	PASTA DO ALUNO 32,5 X 47,5 COM DOBRA E FAIXA MIOLO COM FUIROS CART.240G FRENTE/VERSO 1 DOBRA	R\$ 1,76
137	UN	5.000,00	392069	PASTA TIMBRADA 32,5 X 47,5 PAPEL TRIPLEX 250G.COM MIOLO	R\$ 2,29
138	UN	500,00	392158	PLACA DE SINALIZAÇÃO EM PVC, COM PELÍCULA PROTETORA, COLORIDO, TAMANHO A4 PARA CONSULTÓRIOS DE TODAS AS UNIDADES.	R\$ 22,00
139	M²	40,00	388389	PLACA PVC PERSONALIZADA COM PELÍCULA PROTETORA 2MM	R\$ 296,00
140	UN	8.000,00	392210	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO NA COR AMARELA	R\$ 0,71
141	UN	8.000,00	392211	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO NA COR AZUL	R\$ 0,71
142	UN	8.000,00	392212	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO NA COR LARANJA	R\$ 0,71
143	UN	8.000,00	392213	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO NA COR VERDE	R\$ 0,71

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
Praça Antônio Alves Faria s/nº
CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000

144	UN	8.000,00	392214	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO NA COR VERMELHA	R\$ 0,71
145	UN	35.000,00	392175	PULSEIRA HOSPITALAR PARA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	R\$ 0,65
146	UN	20,00	392165	RÉGUA ADESIVA DE CRESCIMENTO PEDIÁTRICO, MEDINDO 17 X 125 CM, EM FORMATO DE GIRAFA. PVC 2MM	R\$ 89,00
TOTAL					R\$ 907.915,61

3.1 - O valor estimado para a aquisição é de R\$ 907.915,61 (novecentos e sete mil e novecentos e quinze reais e sessenta e um centavos).

4) Do Recebimento, Prazo de Entrega e Fiscalização

4.1 - O fornecimento dos serviços gráficos será feito de acordo com as necessidades das diversas secretarias, conforme a demanda solicitada, após o recebimento da autorização de compra e serviços.

4.2 - Os itens deverão ser entregues no Setor de Almojarifado Interno do Centro Administrativo, localizado na Praça Antônio Alves de Faria s/nº. Bairro Tiradentes, CEP 38.480/000 ou em outro local designado por cada secretaria requisitante do contratante.

4.3 – O prazo para de início de execução dos serviços é de 10 (dez) dias contados do recebimento da solicitação dos serviços.

4.5 - Constatado algum vício ou defeito a contratada terá o prazo de 3 (três) para corrigir, a partir do recebimento da notificação do vício ou defeito.

4.6 - Os serviços gráficos deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações estabelecidas no Anexo I, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

4.7 - Em caso de ser impossível a correção dos vícios ou defeitos no prazo estipulado, a contratada deverá apresentar justificativa por escrito, elucidando as razões da impossibilidade de se cumprir no prazo.

4.8 - O Município de Tupaciguara, através de seu representante de cada secretaria requisitante do serviço, exercerá a fiscalização do contrato, e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

4.9 - As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Tupaciguara em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

4.6 - Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

4.7 - Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará à contratada incorrendo

em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital.

4.8 - Constatado algum vício ou defeito a contratada terá o prazo de 15 (cinco) dias corridos para corrigir, a partir do recebimento da notificação do vício ou defeito.

4.9 - Em caso de ser impossível a correção dos vícios ou defeitos no prazo estipulado no item 4.8, a contratada deverá apresentar justificativa por escrito, elucidando as razões da impossibilidade de se cumprir no prazo.

4.10 - As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Tupaciguara em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

6 - Obrigações da Contratada

6.1 - Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratado.

6.2 - Executar o objeto desta licitação conforme regras estabelecidas.

6.3 - Executar o objeto através de pessoas idôneas e devidamente capacitadas, responsabilizando-se por negligência, imprudência e imperícia por parte de seus empregados.

6.4 - Responder pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

6.5 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o contratante.

6.6 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

6.7 - A contratada, além das responsabilidades atinentes, responderá pela qualidade e correção nos termos da legislação pertinente.

6.8 - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, a execução deste contrato, bem como não se associar com outrem ou realizar fusão, cisão ou incorporação.

6.9 - Reparar, corrigir, remover ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela Comissão ou servidor designado, o objeto em que se verificarem vícios ou defeitos.

6.10 - Dar ciência a Administração Municipal, imediatamente por escrito, sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto.

6.11 - Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Administração Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

6.12 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes na concepção do objeto.

6.13 - O dever previsto na cláusula anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir as suas expensas, imediatamente, o que apresentar avaria ou defeito.

- 6.14 - Comunicar à Administração, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento, com a devida comprovação.
- 6.15 - Cumprir fielmente as obrigações assumidas, de modo que o objeto seja realizado com esmero e perfeição.
- 6.16 - Cumprir rigorosamente as normas técnicas e regulamentos pertinentes.
- 6.17 - Reconhecer os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei nº. 8.666/93.
- 6.18 - Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de possível chamamento do Município de Tupaciguara em juízo, como litisconsorte, em ação trabalhista ou de reparação civil em decorrência da execução do objeto da licitação.
- 6.19 - Promover a entrega dos objetos contratados no local estipulado, responsabilizando-se pela qualidade e quantidade, incluindo a carga e descarga das mercadorias.
- 6.20 - Entregar os produtos em bom estado de conservação, sem amasso e qualquer outro tipo de avaria.
- 6.21 - Substituir, de imediato, às suas expensas, os objetos do contrato que não se adequar às especificações constantes deste contrato.

7 - Das Obrigações da Contratante

- 7.1 - Notificar a contratada, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do objeto.
- 7.2 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada, na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades necessárias.
- 7.3 - Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos deste contrato.
- 7.4 - Fiscalizar e exigir o fiel cumprimento do contrato.
- 7.5 - Fornecer todas as informações necessárias relacionadas com o objeto deste Edital.
- 7.6 - Receber definitivamente o objeto.

Tupaciguara/MG, 29 setembro de 2022.

Emerson Rosa de Paiva
Secretário Municipal de Esportes Lazer e Promoção à Juventude

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
Praça Antônio Alves Faria s/nº
CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000

Júlio Cesar da Silva
Secretário Municipal de Cultura e Comunicação

Luciana Cardoso Euqeres
Secretária Municipal de Saúde

Bruno Rodrigues Machado
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Quênia Lourenço Cardoso
Secretária Municipal de Educação

Paula Cristina Nascimento Rodrigues da Cunha
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

João Cláudio Ferreira Costa
Secretária Municipal do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Serviços Urbanos

Anexo III

Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação

A (empresa proponente), inscrita no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº. xxx.xxx.xxx/xxxx-xx, sediada em xxxxxxxxx/xx, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Eletrônico nº. XXX/2022, declara expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação com todos os termos estabelecidos neste Edital.

_____, __ de _____ de _____.

Identificação do Representante da Empresa

Anexo IV

Declaração que não emprega menor

A (empresa proponente) inscrita no cadastro de pessoas jurídicas sob nº. xx.xxx.xxx/xxxx-xx por intermédio de seu representante legal a Sr.(a) _____, inscrito (a) no cadastro de pessoas físicas sob o nº. _____, declara, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

_____, ____ de _____ de _____.

Identificação do Representante da Empresa

Anexo V

Minuta da Ata de Registro de Preço

Pelo presente instrumento, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº. 18.260.489/0001-04, com Centro Administrativo, sito na Praça Antônio Alves de Faria, s/nº, bairro Tiradentes, Tupaciguara/MG, CEP 38.480/000, representado pela Bruno Rodrigues Machado, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº. MG - 10.625.855 SSP/MG, inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o nº. 032.392.606-11, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida Antônio Alves Machado, nº. 226, bairro São Cristóvão, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº. _____, com sede a (av/rua) _____(nº.) _____, (bairro)_____, (cidade)_____, (estado)_____, pelo seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, (profissão)_____, inscrito(a) no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº. _____, residente e domiciliado em _____ na (av./rua) _____, (nº.) _____, (bairro)_____ doravante denominada **FORNECEDOR** tem justo e acordado o presente instrumento proveniente do Processo Licitatório nº ___/2022, Pregão Eletrônico nº ___/2022, homologado pelo representante do ORGÃO GERENCIADOR em data de ___/___/2022, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

1.1 - A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços para aquisição de material de gráfica para atender as necessidades de diversas secretarias e fundos do Município de Tupaciguara, nas quantidades e especificações contidas no Termo de Referência.**

Cláusula Segunda – Do Prazo

2.1 – O prazo de validade da presente Ata será de **12 (doze) meses, contados das assinaturas e publicação em qualquer meio oficial adotado por este Município.**

Cláusula Terceira – Da Prestação de Serviço, Recebimento, Prazo de Entrega e Fiscalização

3.1 - O fornecimento dos serviços gráficos será feito de acordo com as necessidades das diversas secretarias, conforme a demanda solicitada, após o recebimento da autorização de

compra e serviços.

3.2 - Os itens deverão ser entregues no Setor de Almojarifado Interno do Centro Administrativo, localizado na Praça Antônio Alves de Faria s/nº. Bairro Tiradentes, CEP 38.480/000 ou em outro local designado por cada secretaria requisitante do contratante.

3.3 – O prazo para de início de execução dos serviços é de 10 (dez) dias contados do recebimento da solicitação dos serviços.

3.4 - Constatado algum vício ou defeito a contratada terá o prazo de 3 (três) para corrigir, a partir do recebimento da notificação do vício ou defeito.

3.5 – O objeto deverá conter as características mínimas e essenciais descritas neste edital.

3.6 - Os serviços gráficos deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações estabelecidas no Anexo I, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

3.7 - Em caso de ser impossível a correção dos vícios ou defeitos no prazo estipulado, a contratada deverá apresentar justificativa por escrito, elucidando as razões da impossibilidade de se cumprir no prazo.

3.8 - O Município de Tupaciguara, através de seu representante de cada secretaria requisitante do serviço, exercerá a fiscalização do contrato, e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

3.9 - As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Tupaciguara em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

Cláusula Quarta - Do Preço e da Forma de Pagamento

4.1 - Os objetos contratados serão executados pelo valor abaixo especificado, obedecidas às condições fixadas na proposta e no instrumento convocatório, ficando estipulado o valor global de _____ para a presente ata:

4.2 - O pagamento será efetuado em conta corrente da empresa vencedora em 30 (trinta) dias, a contar do recebimento definitivo, mediante apresentação da Nota Fiscal a Comissão de Recebimento de Mercadorias e Serviços do Município.

4.3 - O número de inscrição no CNPJ, indicado nos documentos da proposta comercial e da habilitação, deverá ser o mesmo do estabelecimento da empresa que emitirá a Fatura/Nota fiscal.

4.4 - O pagamento será de acordo com os valores constantes na planilha de preços da proposta adjudicatária.

4.5 - Os pagamentos decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão por conta dos recursos da dotação orçamentária conforme discriminada neste Edital.

4.6 - Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.7 - O pagamento somente será realizado mediante apresentação e comprovação de regularidade junto ao INSS, FGTS e CNDT.

4.8 - O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota

Fiscal/Fatura.

4.9 - O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

4.10 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

4.11 - No caso de eventuais erros nos documentos apresentados pela contratada, estes serão a ela devolvidos para verificação, contando-se novo prazo, para análise, aprovação e pagamento, a partir da data de sua reapresentação.

4.12 – O Órgão Gestor não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo Fornecedor, que não tenha sido acordada nesta Ata ou no Instrumento Convocatório.

Cláusula Quinta - Das Condições Comerciais

5.1 - As faturas pagas com atraso sofrerão aplicação de juros legais e correção monetária de acordo com os índices de uso corrente no mercado financeiro nacional.

Cláusula Sexta - Das Obrigações Do Órgão Gestor

6.1 - Notificar o fornecedor, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do objeto.

6.2 - Efetuar os pagamentos devidos ao fornecedor, na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades necessárias.

6.3 - Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos desta Ata.

6.4 - Fiscalizar e exigir o fiel cumprimento das obrigações.

6.5 - Fornecer todas as informações necessárias relacionadas com o objeto deste Edital.

6.6 - Receber definitivamente o objeto.

Cláusula Sétima - Das Obrigações do Fornecedor

7.1 - Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratado.

7.2 - Executar o objeto desta licitação conforme regras estabelecidas

7.3 - Executar o objeto através de pessoas idôneas e devidamente capacitadas, responsabilizando-se por negligência, imprudência e imperícia por parte de seus empregados.

7.4 - Responder pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

7.5 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o contratante.

7.6 - Manter, durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

7.7 – O Fornecedor, além das responsabilidades atinentes, responderá pela qualidade, e correção nos termos da legislação pertinente.

7.8 - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, a execução desta Ata, bem como não se associar com outrem ou realizar fusão, cisão ou incorporação.

7.9 - Reparar, corrigir, remover ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela Comissão ou servidor designado, o objeto em que se verificar vícios, defeitos.

7.10 - Dar ciência a Administração Municipal, imediatamente por escrito, sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto.

7.11 - Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Administração Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

7.12 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes na concepção do objeto.

7.13 - O dever previsto na cláusula anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir as suas expensas, imediatamente, o que apresentar avaria ou defeito.

7.14 - Comunicar à Administração, com antecedência de 30 dias do término da vigência contratual, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.15 - Cumprir fielmente as obrigações assumidas, de modo que o objeto seja realizado com esmero e perfeição.

7.16 - Cumprir rigorosamente as normas técnicas e regulamentos pertinentes.

7.17 - Reconhecer os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei nº. 8.666/93.

7.18 - Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de possível chamamento do Município de Tupaciguara em juízo, como litisconsorte, em ação trabalhista ou de reparação civil em decorrência da execução do objeto da licitação.

7.19 - Promover a entrega dos objetos contratados no local estipulado, responsabilizando-se pela qualidade.

7.20 - Substituir, de imediato, às suas expensas, os objetos do contrato que não se adequar às especificações constantes deste contrato.

7.21 - Entregar os materiais com validade mínima de 75% (setenta e cinco por cento), a partir da data de fabricação. Os produtos entregues com o prazo de validade fora do estipulado neste edital serão devolvidos.

Cláusula Oitava - Da Rescisão

8.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindido por ambas as partes, a partir de comunicação escrita, com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único: É vedado ao FORNECEDOR ceder ou transferir a presente Ata de Registro de

Preços.

Cláusula Nona - Das Sanções Administrativas

9.1 - Pelo descumprimento total ou parcial da presente Ata de Registro de Preço, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, de conformidade com a graduação da infração e nos termos do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93:

I - advertência.

II - multa administrativa, graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo em seu total a 2% sobre o valor do contrato, acumulável com as demais sanções.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração municipal.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.2 - O atraso injustificado na entrega do objeto da presente Ata será penalizado com multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 15% (quinze por cento).

9.3 - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Tupaciguara/MG, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

9.4 - As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

9.5 - No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Cláusula Décima - Da Publicação

10.1 - O extrato do presente contrato será publicado no órgão de divulgação oficial do Município, que é a página do Diário Oficial dos Municípios Mineiros - AMM, por conta do contratante.

Cláusula Décima Primeira - Dos Casos Omissos

11.1 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 10.520/02 e, subsidiariamente, pela Lei nº. 8.666/93 e segundo os princípios gerais de Direito Administrativo.

11.2 - Em caso de aplicação de normas de Direito Privado sempre será observado o interesse público.

Cláusula Décima Segunda - Das Disposições Finais

15.1 - Integram esta ATA, o Edital do Pregão Eletrônico nº 059/2022 e seus anexos e a proposta de preços do fornecedor independente da transcrição.

15.2 - A existência de preços registrados não obriga o Município de Tupaciguara a firmar as

contratações que deles poderão advir.

15.3 - Os produtos serão recebidos provisoriamente, o recebimento definitivo será feito após a verificação das especificações, qualidade, quantidade, validade e conseqüentemente aceitação, no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento provisório.

15.3.1 - Em caso de não aceitação, fica o FORNECEDOR obrigado a substituir os produtos, sem custo, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida pela Secretaria requisitante.

Cláusula Décima Terceira - Do Foro

12.1 - Fica eleito o foro da comarca de Tupaciguara, para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Tupaciguara, ____ de _____ de 2022.

Município de Tupaciguara
Órgão Gerenciador

Razão Social
Fornecedor

Testemunhas:

1) Nome: _____

CPF nº _____

2) Nome: _____

CPF nº _____

Anexo VI

Declaração de enquadramento de microempresa e empresa de pequeno porte

A (empresa proponente), inscrita no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº. xxx.xxx.xxx/xxxxxx , sediada em xxxxxxxxx/xx, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Eletrônico nº. ___/___, declara expressamente para os fins da LC 123/06 que na presente data esta enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte. _____, __ de _____ de _____.

Identificação do Representante da Empresa

Anexo V

Minuta de Contrato Administrativo

Pelo presente instrumento, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº. 18.260.489/0001-04, com Centro Administrativo, sito na Praça Antônio Alves de Faria, s/nº. Bairro Tiradentes, Tupaciguara/MG, CEP 38.480/000, representado pelo Bruno Rodrigues Machado, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº. MG - 10.625.855 SSP/MG, inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o nº. 032.392.606-11, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida Antônio Alves Machado, nº. 226, bairro São Cristóvão, CEP 38.480/000, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº. _____, com sede a (av/rua) _____ (nº.) _____, (bairro) _____, (cidade) _____, (estado) _____, pelo seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, (profissão) _____, inscrito(a) no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº. _____, residente e domiciliado em _____ na (av./rua) _____, (nº.) _____, (bairro) _____ doravante denominada **CONTRATADO (A)**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas e condições seguintes.

Cláusula Primeira - Do Fundamento Legal

1.1 - A celebração deste contrato se dá em conformidade com a Ata de Registro Preços Nº ---/2022 resultante do processo licitatório nº 110/2022, decorrente do Pregão Eletrônico nº. 059/2022, homologado em XX/XX/XXXX, e de acordo com a Lei nº. 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/1993 e alterações, Decreto Municipal nº. 398/2009.

Cláusula Segunda - Do Objeto

2.1 - A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços para aquisição de material de gráfica para atender as necessidades de diversas secretarias e fundos do Município de Tupaciguara, nas quantidades e especificações contidas no Termo de Referência.**

2.2 - Faz parte integrante do presente contrato independente de transcrição e anexação:

- a) Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº. 059/2022.
- b) Proposta Comercial Adjudicada.

Cláusula Terceira - Da Dotação Orçamentária e Da Vigência

3.1 - As despesas decorrente desta contratação correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

**02.13.00.27.812.0012.2.0093.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 314 -
01.0000.0000.0000
01.0084.0084.0084
01.0086.0000.0000**

**02.04.00.13.392.0013.2.0051.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 131 -
01.0000.0000.0000
01.0070.0070.0070
01.0084.0084.0084
01.0086.0000.0000**

**02.05.02.10.301.0003.2.0334.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 350 -
01.0002.0002.0002
01.0055.0055.0055
01.0059.0059.0059
(ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE)**

**02.05.02.10.302.0003.2.0125.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 478 -
01.0002.0002.0002
01.0055.0055.0055
01.0059.0059.0059
(SERVIÇO DE FISIOTERAPIA)**

**02.05.02.10.302.0003.2.0128.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 419 -
01.0002.0002.0002
01.0055.0055.0055
01.0059.0059.0059
(UNIDADE MISTA DE SAÚDE)**

**02.05.02.10.302.0003.2.0130.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 436 -
01.0002.0002.0002
01.0055.0055.0055
01.0059.0059.0059
(CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS)**

**02.05.02.10.302.0003.2.0335.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 365 -
01.0002.0002.0002**

01.0055.0055.0055

01.0059.0059.0059

(CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS)

02.05.02.10.302.0003.2.0336.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 377 -

01.0002.0002.0002

01.0055.0055.0055

(CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL)

02.05.02.10.302.0003.2.0337.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 410 -

01.0002.0002.0002

(TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO)

02.05.02.10.302.0003.2.0338.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 390 -

01.0002.0002.0002

01.0055.0055.0055

01.0059.0059.0059

(UNIDADE HOSPITALAR)

02.05.02.10.303.0003.2.0122.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 394 -

01.0002.0002.0002

01.0055.0055.0055

01.0059.0059.0059

(ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA)

02.05.02.10.304.0003.2.0135.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 473 -

01.0002.0002.0002

01.0055.0055.0055

01.0059.0059.0059

(SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA)

02.05.02.10.305.0003.2.0134.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 408 -

01.0002.0002.0002

01.0055.0055.0055

01.0059.0059.0059

(SETOR DE EPIDEMIOLOGIA E ZONÓSES)

02.02.00.04.122.0002.2.0015.3.3.90.39 - Material de Consumo - Ficha 60 -

01.0000.0000.0000

01.0070.0070.0070

01.0085.0000.0000

01.0084.0084.0084

01.0086.0086.0086

02.03.02.12.365.0004.2.0031.3.3.90.30 – Material de Consumo - Ficha 614 -

01.0001.0001.0001

(PRÉ-ESCOLAR)

02.03.01.12.122.0004.2.0041.3.3.90.30 – Material de Consumo - Ficha 548 -

01.0001.0001.0001

(DIVISÃO EDUCAÇÃO)

02.03.02.12.362.0004.2.0034.3.3.90.30 – Material de Consumo - Ficha 589 -

01.0001.0001.0001

(ENSINO MÉDIO)

02.03.02.12.361.0004.2.0032.3.3.90.30 – Material de Consumo - Ficha 629 -

01.0001.0001.0001

(ENSINO FUNDAMENTAL)

02.06.01.08.122.0009.2.0062.3.3.90.30 – Material de Consumo - Ficha 556 -

01.0000.0000.0000

01.0084.0084.0084

01.0086.0000.0000

02.14.00.18.122.0014.2.0101.3.3.90.39 – Material de Consumo - Ficha 324 -

01.0000.0000.0000

01.0070.0070.0070

01.0084.0084.0084

01.0086.0086.0086

3.2 - A contratação terá início na data da assinatura do presente instrumento e término no dia XX/XX/XXXX.

Cláusula Quarta - Do Recebimento, Prazo de Entrega e Fiscalização

4.1 - O fornecimento dos serviços gráficos será feito de acordo com **as necessidades das diversas secretarias**, conforme a demanda solicitada, após o recebimento da autorização de compra e serviços.

4.2 - Os itens deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado Interno do Centro Administrativo, localizado na Praça Antônio Alves de Faria s/nº. Bairro Tiradentes, CEP 38.480/000 ou em outro local designado por cada secretaria requisitante do contratante.

4.3 – **O prazo para de início de execução dos serviços é de 10 (dez) dias contados do**

recebimento da solicitação dos serviços.

4.4 - Executado o contrato, o objeto será recebido na forma prevista no artigo 73 inciso II da Lei nº. 8.666/93.

4.5 - O recebimento provisório do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ética profissional, pela sua perfeita execução e dar-se à, se satisfeitas as seguintes condições:

- a) no prazo e horário de entrega prevista neste Edital.
- b) de acordo com as especificações.

4.6 - O recebimento definitivo dar-se-á após a:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos.
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital.

4.7 - Satisfeitas as exigências de entrega, lavrar-se-á o Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pela atestação no verso da Nota Fiscal.

4.8 - Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas. 20.9 - Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará à contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital.

4.10- Constatado algum vício ou defeito a contratada terá o prazo de 3 (três) para corrigir, a partir do recebimento da notificação do vício ou defeito.

4.11 - Em caso de ser impossível a correção dos vícios ou defeitos no prazo estipulado no item 20.10, a contratada deverá apresentar justificativa por escrito, elucidando as razões da impossibilidade de se cumprir no prazo.

4.12- O Município de Tupaciguara, através de seu representante de cada secretaria requisitante do serviço, exercerá a fiscalização do contrato, e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

4.13 - As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Tupaciguara em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

Cláusula Quinta - Do Preço e da Forma de Pagamento

5.1 - Os objetos contratados serão executados pelo preço unitário especificado, obedecidas às condições fixadas na proposta e no instrumento convocatório, ficando estipulado o valor global de R\$_____ (_____) para o presente contrato.

5.2 - O pagamento será efetuado em conta corrente da empresa vencedora em 30 (trinta) dias, a contar do recebimento definitivo, mediante apresentação da Nota Fiscal a Comissão de Recebimento de Mercadorias e Serviços do Município.

5.3 - O número de inscrição no CNPJ, indicado nos documentos da proposta comercial e da habilitação, deverá ser o mesmo do estabelecimento da empresa que emitirá a Fatura/Nota fiscal.

- 5.4 - O pagamento será de acordo com os valores constantes na planilha de preços da proposta adjudicatária.
- 5.5 - Os pagamentos decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão por conta dos recursos da dotação orçamentária conforme discriminada neste Edital.
- 5.6 - Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
- 5.7 - O pagamento somente será realizado mediante apresentação e comprovação de regularidade junto ao INSS, FGTS e CNDT.
- 5.8 - O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura.
- 5.9 - O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
- 5.10 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.
- 5.11 - No caso de eventuais erros nos documentos apresentados pela contratada, estes serão a ela devolvidos para verificação, contando-se novo prazo, para análise, aprovação e pagamento, a partir da data de sua reapresentação.
- 5.12 - A contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

Cláusula Sexta - Das Condições Comerciais

- 6.1 - As faturas pagas com atraso sofrerão aplicação de juros legais e correção monetária de acordo com os índices de uso corrente no mercado financeiro nacional.

Cláusula Sétima - Das Obrigações Do Contratante

- 7.1 - Notificar a contratada, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do objeto.
- 7.2 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada, na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades necessárias.
- 7.3 - Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos deste contrato.
- 7.4 - Fiscalizar e exigir o fiel cumprimento do contrato.
- 7.5 - Fornecer todas as informações necessárias relacionadas com o objeto deste Edital.
- 7.6 - Receber definitivamente o objeto.

Cláusula Oitava - Das Obrigações da Contratada

- 8.1 - Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratado.
- 8.2 - Executar o objeto desta licitação conforme regras estabelecidas.

- 8.3 - Assumir a responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto.
- 8.4 - Executar o objeto através de pessoas idôneas e devidamente capacitadas, responsabilizando-se por negligência, imprudência e imperícia por parte de seus empregados.
- 8.5 - Responder pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- 8.6 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o contratante.
- 8.7 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.
- 8.8 - A contratada, além das responsabilidades atinentes, responderá pela qualidade e correção nos termos da legislação pertinente.
- 8.9 - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, a execução deste contrato, bem como não se associar com outrem ou realizar fusão, cisão ou incorporação.
- 8.10 - Reparar, corrigir, remover ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela comissão ou servidor designado, o objeto em que se verificar vícios, defeitos.
- 8.11 - Dar ciência a Administração Municipal, imediatamente por escrito, sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto.
- 8.12 - Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Administração Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.
- 8.13 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes na concepção do objeto.
- 8.14 - O dever previsto na cláusula anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir as suas expensas, imediatamente, o que apresentar avaria ou defeito.
- 8.15 - Comunicar à Administração, com antecedência do término da vigência contratual, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 8.16 - Cumprir fielmente as obrigações assumidas, de modo que o objeto seja realizado com esmero e perfeição.
- 8.17 - Cumprir rigorosamente as normas técnicas e regulamentos pertinentes.
- 8.18 - Reconhecer os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei nº. 8.666/93.
- 8.19 - Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de possível chamamento do Município de Tupaciguara em juízo, como litisconsorte, em ação trabalhista ou de reparação civil em decorrência da execução do objeto da licitação.
- 8.20 - Promover a entrega dos objetos contratados no local estipulado, responsabilizando-se pela qualidade.

8.21 - Substituir, de imediato, às suas expensas, os objetos do contrato que não se adequar às especificações constantes deste contrato.

8.22 - O fornecedor deverá prestar garantia contra eventuais defeitos de fabricação verificados no objeto pelos prazos especificados em cada item, contados a partir da data da entrega.

8.23 - A assistência técnica, durante o período de garantia, será de responsabilidade da contratada, sem qualquer ônus adicional e será prestada por técnicos ou pessoas autorizadas, sendo executados todos os serviços corretivos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, constantes no objeto.

8.24 - O prazo de garantia contra defeitos de fabricação será de, no mínimo, 12 (doze) meses contados do recebimento definitivo do objeto.

8.25 - O licitante vencedor terá, no máximo, 6 (seis) horas para atender aos chamados para assistência técnica, e, 24 (vinte e quatro) horas para solucionar o problema, após o início do atendimento, exceto nos casos em que a impossibilidade de cumprimento dos prazos seja devidamente comprovada.

8.26 - Caso o problema não seja solucionado no período máximo estipulado, o fornecedor deverá substituir o equipamento danificado por outro equivalente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, depois de notificado, até que o mesmo esteja novamente operacional.

8.27. Conceder livre acesso de servidores do CONCEDENTE, bem como dos órgãos de controle interno e externo, aos processos, documentos, informações, registros contábeis e locais de execução, referentes ao objeto contratado, inclusive nos casos em que a instituição financeira oficial não controlada pela União faça a gestão da conta bancária específica do Convênio.

Cláusula Nona - Da Rescisão

9.1 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão.

9.2 - O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses do artigo 77 da Lei Federal nº. 8.666/93.

9.3 - A rescisão do contrato poderá ser:

- I - por ato unilateral da Administração.
- II - amigável, por acordo entre as partes.
- III - por determinação judicial.

Cláusula Décima - Das Sanções Administrativas

10.1 - Pelo descumprimento total ou parcial do presente contrato, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, de conformidade com a graduação da infração e nos termos do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93:

I - advertência.

II - multa administrativa, graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo em seu total a 2% sobre o valor do contrato, acumulável com as demais sanções.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração municipal.

- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 10.2 - O atraso injustificado na entrega do objeto do presente contrato será penalizado com multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 15% (quinze por cento).
- 10.3 - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Tupaciguara/MG, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.
- 10.4 - As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.
- 10.5 - No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Cláusula Décima Primeira - Da Publicação

- 11.1 - O extrato do presente contrato será publicado no órgão de divulgação oficial do Município, que é a página do Diário Oficial dos Municípios Mineiros - AMM, por conta do contratante.

Cláusula Décima Segunda - Dos Casos Omissos

- 12.1 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 10.520/02, Decreto Federal 10.024/19 e subsidiariamente, pela Lei nº. 8.666/93 e segundo os princípios gerais de Direito Administrativo.
- 12.2 - Em caso de aplicação de normas de Direito Privado sempre será observado o interesse público.

Cláusula Décima Terceira - Do Foro

- 13.1 - Fica eleito o foro da comarca de Tupaciguara, para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.
- E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Tupaciguara, ____ de _____ de 2022.

Município de Tupaciguara
Contratante

Razão Social
Contratada

Testemunhas:

1) Nome: _____

CPF nº.

1) Nome: _____

CPF nº.

Fiscais:

1) Nome: _____

CPF nº.

2) Nome: _____

CPF nº.

3) Nome: _____

CPF nº.

4) Nome: _____

CPF nº.

5) Nome: _____

CPF nº.

6) Nome: _____

CPF nº.

7) Nome: _____

CPF nº.

Anexo VI

Declaração de enquadramento de microempresa e empresa de pequeno porte

A (empresa proponente), inscrita no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº. xxx.xxx.xxx/xxxxxx , sediada em xxxxxxxxxxxx, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Eletrônico nº. ___/___, declara expressamente para os fins da LC 123/06 que na presente data esta enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte. _____, __ de _____ de _____.

Identificação do Representante da Empresa